

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**08 de  
NOVEMBRO  
2018**

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

# Abono para servidores da Justiça



**SÉRGIO GAMA**, mesmo de férias, comunicou a intenção de pagar abono

O benefício será de R\$ 1.500, mesmo valor anunciado pelo governo do Estado. Tribunal de Contas também elabora proposta de pagamento

**Caio Miranda**

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) informou ontem que pretende conceder um abono natalino neste fim de ano, no valor de R\$ 1.500, para os seus 3.340 servidores ativos e 800 servidores inativos.

O valor seria o mesmo do benefício anunciado pelo governo do Estado nos últimos dias, aos mais de 90 mil servidores do Poder Executivo, entre ativos e inativos.

No último ano, o Tribunal também seguiu o governo, ao conceder um abono de R\$ 1.000.

Mesmo de férias, o desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, presidente do TJ-ES, comunicou pessoalmente para a presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado (Sindijudiciário-ES), Adda Maria Bettero Monteiro Lobato Machado, a intenção de pagar o abono.

O anteprojeto de lei propondo o benefício deverá ser apreciado na

sessão de hoje do Tribunal Pleno. Após aprovação pelos desembargadores, o projeto seguirá para a Assembleia Legislativa e ainda terá que ser sancionado pelo governador Paulo Hartung.

A previsão do Tribunal de Justiça é efetuar o pagamento do abono na mesma data que o Poder Executivo, em 12 de dezembro, em folha suplementar.

**ÓRGÃOS**

Além do governo, que já confirmou o abono, e do TJ-ES, que encaminhou o assunto, outros órgãos públicos do Estado ainda analisam se vão conceder ou não o benefício aos servidores.

A administração do Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES) está em fase de elaboração do projeto

de lei, com o objetivo de conceder, aos servidores da Corte, o abono de final de ano. A tendência também é seguir o mesmo valor anunciado pelo governo do Estado (R\$ 1.500).

A Mesa Diretora da Assembleia ainda discute se paga ou não abono aos servidores neste fim de ano. A tendência é que o assunto seja definido nos próximos dias.

O Ministério Público do Estado (MP-ES) informou que analisa o tema, dentro da diretriz de equilíbrio orçamentário da instituição.

As prefeituras de Vitória e da Serra analisam a evolução econômica dos municípios para decidir a concessão ou não do benefício. A Prefeitura de Cariacica afirmou que não vai conceder abono este ano e a Prefeitura de Vila Velha não informou à reportagem.

**SAIBA MAIS**

## Pagamento a 4.140 servidores

- > OS 3.340 servidores ativos e 800 servidores inativos do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) deverão receber abono natalino de R\$ 1.500.
- > O VALOR é o mesmo anunciado pelo governo do Estado aos seus mais de 90 mil servidores e também seria pago no mesmo dia (12 do próximo mês).
- > O TRIBUNAL PLENO deve apreciar,

hoje, o anteprojeto de lei que autoriza o pagamento do benefício.

- > SE OS DESEMBARGADORES autorizarem, um projeto de lei seguirá para Assembleia Legislativa e, depois, para sanção do governador do Estado, Paulo Hartung.

Fonte: TJ-ES.

# TJES e TCES devem dar abono a servidores

**Valor e data do pagamento devem ser os mesmos do Poder Executivo estadual**

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@redgazeta.com.br

O Tribunal de Justiça (TJES) e o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES) pretendem pagar o abono salarial para seus servidores até o final do ano. Embora o martelo ainda não esteja batido, os tribunais informam que o valor do benefício deverá ser de R\$ 1,5 mil, seguindo a mesma linha do concedido pelo governo estadual.

Em nota, a assessoria de imprensa do TJES afirma que o anteprojeto de lei que propõe o abono para os servidores do

Judiciário deverá ser apreciado hoje na sessão do Tribunal Pleno.

Após a aprovação dos desembargadores, o projeto seguirá para a Assembleia Legislativa e ainda terá que ser sancionado pelo governador Paulo Hartung (sem partido). A previsão do TJES é efetuar o pagamento na mesma data que o Poder Executivo, 12 de dezembro, em folha suplementar.

O presidente do Tribunal, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, está de férias, mas comunicou pessoalmente à presidente do Sindijudiciário, Adda Maria Betteiro Monteiro Lobato Machado, a intenção de pagar o abono, ainda con-



Sede do TJ: anteprojeto de abono deve ser votado hoje

forme a nota.

O Poder Judiciário possui cerca de 3.340 servidores ativos e pouco mais de 800 servidores inativos. Sendo assim, o pagamento do abono a todos

eles representaria um impacto de R\$ 6,2 milhões aos cofres.

## ELABORAÇÃO

Já a administração do Tribunal de Contas ainda

**R\$ 1,5 MIL**

Valor que deverá ser concedido de abono aos servidores do TJES e do TCES. É o mesmo anunciado pelo governo do Estado.

está em fase de elaboração do projeto de lei para concessão do abono de final de ano. No entanto, o órgão afirma que a tendência também é acompanhar o Poder Executivo estadual, concedendo um benefício de R\$ 1,5 mil.

Segundo o Portal de Transparência, a Corte possui atualmente 515

servidores ativos. O pagamento da verba extra para eles equivaleria a uma despesa de R\$ 772,5 mil.

## EXECUTIVO

O governo estadual foi o primeiro a anunciar o abono de final de ano para seus 90 mil servidores. A gratificação foi anunciada com exclusividade por A GAZETA no último domingo (4) e custará algo próximo de R\$ 135 milhões aos cofres públicos. O valor de R\$ 1.500 é 50% superior aos R\$ 1 mil pagos no ano passado.

A Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) e o Ministério Público estadual (MPES) afirmam que ainda estão analisando a questão.

| VOTAÇÃO RELÂMPAGO |

# SENADO APROVA AUMENTO PARA MINISTROS DO STF

## Salários vão a R\$ 39,2 mil. Impacto no ES beira os R\$ 40 milhões

BRASÍLIA

➤ O Senado aprovou ontem o projeto que reajusta o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil e tem impacto sobre todo o funcionalismo. Foram 41 votos favoráveis, 16 contrários e uma abstenção.

Referência para outras carreiras do Judiciário, o aumento de 16,38% provocará um efeito-cascata na folha de pagamentos de outras categorias de servidores da União e dos estados estimado em cerca de R\$ 4 bilhões ao ano.

No Espírito Santo a aprovação do reajuste poderá implicar num acréscimo anual de R\$ 39,772.756,53 nos orçamentos do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), do Ministério Público Estadual (MPES) e do Tribunal de Contas (TCES) a partir do ano que vem. Isso porque o valor da remuneração dos ministros é o limite máximo estipulado para os salários do funcionalismo. Sendo assim, a Justiça dos Estados, o Ministério Público Federal, os ministérios públicos estaduais e os tribunais de contas também entram na conta do reajuste.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE) deu prioridade ao tema depois de ter recebido um apelo conjunto do presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e de entidades da magistratura que, em troca do aumento, se comprometeram em rever as regras, ainda neste ano, do auxílio-moradia.

A aprovação do reajuste foi a primeira derrota do presidente eleito Jair Bol-



WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Plenário do Senado: votação do reajuste para o Supremo não estava prevista e foi incluída na última hora



*“Existe um efeito cascata. As consequências serão a deterioração intensa das questões fiscais em nosso país”*

**RICARDO FERRAÇO (PSDB)**  
SENADOR E RELATOR

sonaro (PSL) no Congresso, antes mesmo de ele começar a governar.

Pela manhã, Bolsonaro havia manifestado preocupação com a votação em momento de ajuste de contas, em que tenta mobilizar o parlamento e aproveitar a popularidade das urnas para emplacar a reforma da Previdência. Antes da votação, o presidente eleito havia dito que “obviamente não é momento” para provocar o reajuste. “Vejo com preocupação essa iniciativa”, disse. “Estamos em uma fase que, ou todo mundo tem ou ninguém tem. E o Judiciário é o mais bem aquinhoad”.

Após dois anos parado no Senado, o reajuste passou no fim do manda-



*“Não recebi nenhuma ligação do presidente eleito ou de ninguém da transição. Por isso, segui com essa votação”*

**EUNÍCIO OLIVEIRA (MDB-CE)**  
PRESIDENTE DO SENADO

to de uma série de senadores que são investigados ou processados judicialmente e perderão o foro privilegiado, porque não conseguiram se reeleger – a renovação no Senado foi recorde, de 85%.

A ideia da Corte seria liberar o benefício apenas a juízes que não possuem residência própria no local de atuação. Hoje, boa parte dos magistrados recebe o benefício sem nenhuma restrição.

### FERRAÇO

Primeiro relator do projeto, o senador capixaba Ricardo Ferraço (PSDB) foi à tribuna da Casa antes da votação para criticar os impactos da medida. “Como fará o Estado quebrado e falido do Rio de Janeiro,

### A VOTAÇÃO

#### NO SENADO

- ▶ 41 a favor
- ▶ 16 contra
- ▶ 1 se absteve

#### SENADORES DO ESTADO

▶ **Ricardo Ferraço (PSDB)**  
Era o relator da matéria e votou contra a proposta, criticando seu impacto no orçamento dos estados e classificando-a como inconstitucional.

#### ▶ Rose de Freitas (Podemos)

Votou a favor da medida e afirma que o reajuste não aumentará os gastos do judiciário, pois a Emenda Constitucional do Teto de Gastos estabelece limite que não pode ser ultrapassado.

#### ▶ Magno Malta (PR)

Não participou da sessão por questões médicas, mas diz ser contra o aumento.

ou o do Rio Grande do Sul e até de Minas Gerais? Existe um efeito cascata. As consequências serão a deterioração intensa das questões fiscais em nosso país”, disse o tucano.

Ferraço argumentou também que o projeto fere o artigo 169 da Constituição Federal, que determina que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração só poderá ser feita “se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes” e “se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista”. (Maíra Mendonça, com agências)

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO:**  
desembargadores e juizes terão  
aumento de salário em "efeito cascata"



AUMENTO NO JUDICIÁRIO

# No Estado, gasto vai ser de R\$ 293,5 milhões

Brunella França

Um impacto superior a R\$ 293,5 milhões nos cofres públicos do Estado. Esse deve ser o resultado do "efeito cascata" do reajuste de 16,38% nos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Procuradoria-Geral da República, aprovado ontem pelo Senado.

No Espírito Santo, o aumento terá reflexos nos salários de desembargadores e juizes do Tribunal de Justiça (TJ-ES); de procuradores e promotores do Ministério Público (MP-ES); de conselheiros e procuradores do Tribunal de Contas (TC-ES), além dos salários dos deputados estaduais.

Os parlamentares da Assembleia também seriam beneficiados porque o salário de um deputado

estadual está definido, pela Constituição, em 75% do valor pago a um deputado federal, que é equivalente ao dos ministros do STF.

De acordo com o presidente da comissão de Combate à Corrupção e à Impunidade da seccional capixaba da OAB, Vladimir S. Soares, as funções de ministro de STF servem de balizamento para os salários do Judiciário e membros do MP em todas as instâncias.

"O reajuste será automático para a magistratura estadual, pois há norma legal vinculante. Os procuradores, promotores e membros do TC dependerão de aprovação de lei específica pela Assembleia, cujo projeto deverá ser encaminhado pelas chefias de seus órgãos".

De acordo com o portal CidadES, do Tribunal de Contas, o Judiciário é o único que está acima

do limite de alerta (5,4%) dos gastos com pessoal. O TJ-ES registrou 5,45% de comprometimento da receita corrente líquida em setembro, último dado disponível.

Presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Daniel Peçanha destacou que não se trata de aumento, mas de reposição salarial prevista na Constituição. "A atualização do subsídio não foi em momento inoportuno, mas até veio tardiamente, vez que, segundo a Constituição, deve ser anual, e em percentual abaixo do valor real", afirmou.

O TJ-ES foi procurado para comentar o reajuste, mas a assessoria informou que o presidente está viajando. MP-ES, TC-ES, Assembleia e Secretaria de Fazenda do Estado também foram procurados, mas não houve retorno.

## O IMPACTO DO REAJUSTE NO ESTADO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

CARGO	SALÁRIO ATUAL	16,38% DE AUMENTO	SALÁRIO 2019	GASTO MENSAL	GASTO ANUAL
Desembargador	R\$ 30.471,11	R\$ 4.991,16	R\$ 35.462,27	R\$ 992.943,56	R\$ 12.908.266,28
Juiz de Direito	R\$ 28.947,55	R\$ 4.741,60	R\$ 33.689,15	R\$ 9.399.272,85	R\$ 122.190.547,05
Juiz-substituto	R\$ 27.424,00	R\$ 4.492,05	R\$ 31.916,05	R\$ 989.397,55	R\$ 12.862.168,15

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

CARGO	SALÁRIO ATUAL	16,38% DE AUMENTO	SALÁRIO 2019	GASTO MENSAL	GASTO ANUAL
Procurador	R\$ 30.471,11	R\$ 4.991,16	R\$ 35.462,27	R\$ 1.134.792,64	R\$ 14.752.304,32
Promotor	R\$ 28.947,55	R\$ 4.741,60	R\$ 33.689,15	R\$ 8.119.085,15	R\$ 105.548.106,95
Promotor-substituto	R\$ 27.500,17	R\$ 4.504,52	R\$ 32.004,69	R\$ 608.089,11	R\$ 7.905.158,43

### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO

CARGO	SALÁRIO ATUAL	16,38% DE AUMENTO	SALÁRIO 2019	GASTO MENSAL	GASTO ANUAL
Conselheiro	R\$ 30.471,11	R\$ 4.991,16	R\$ 35.462,27	R\$ 248.235,89	R\$ 3.227.066,57
Conselheiro-substituto	R\$ 28.947,55	R\$ 4.741,60	R\$ 33.689,15	R\$ 101.067,45	R\$ 1.313.876,85
Procurador de Contas	R\$ 30.471,11	R\$ 4.991,16	R\$ 35.462,27	R\$ 106.386,81	R\$ 1.383.028,53

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO

CARGO	SALÁRIO ATUAL	16,38% DE AUMENTO	SALÁRIO 2019	GASTO MENSAL	GASTO ANUAL
Deputado estadual	R\$ 25.322,25	R\$ 4.147,78	R\$ 29.470,03	R\$ 884.100,90	R\$ 11.493.311,70
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 22.583.371,91</b>	<b>R\$ 293.583.834,83</b>

FONTES: TJ-ES, MP-ES, TC-ES, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E PESQUISA AT.

## ANÁLISE

## FALTOU JUÍZO

« A meu ver trata-se de um ato de irresponsabilidade fiscal em um país que tem um déficit de R\$ 139 bilhões estimado para o ano que vem. Estamos falando dos maiores salários do país. Isso não só impacta imediatamente no aumento das despesas em Brasília, como também nos Estados e pode desencadear aumentos em outros Poderes para além do Judiciário. Se está havendo aumento para os ministros do Supremo, que é o teto das despesas com pessoal da União, poderão os deputados e senadores pleitearem pela equiparação. Mas além de inoportuna, acho a medida injusta, pois enquanto essa recomposição salarial acontece para um segmento de servidores públicos que já recebem mais benefícios e têm estabilidade na carreira, a maioria dos trabalhadores brasileiros da iniciativa privada vem abrindo mão dos salários que antes recebiam para conseguir manter seus empregos. Se não conseguem manter os salários, quem dirá recuperar perdas.

—  
GIL CASTELLO BRANCO  
SECRETÁRIO-GERAL DA ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS

## | VOTAÇÃO RELÂMPAGO |

# Toffoli agradece e promete “enfrentar” auxílio-moradia

**Restrição do benefício seria uma forma de reduzir o impacto econômico do aumento**

BRASÍLIA

« O presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, deve apresentar à equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro um relatório com dados sobre o reajuste nos salários dos ministros do tribunal. Toffoli também pretende agir para acelerar o julgamento sobre a legalidade do auxílio-moradia para magistrados, já que o fim do benefício é uma das alternativas para reduzir o impacto do reajuste, aprovado pelo Senado ontem.

A decisão de enviar dados a Bolsonaro foi tomada após encontro entre os dois no Supremo nesta quarta. Sintonção de Toffoli é tentar vencer resistências do presidente eleito com a recomposição salarial dos ministros e convencer o novo governo de que é possível minimizar o impacto nos cofres da União.

O presidente do Supremo agradeceu ao Congresso pela aprovação do reajuste e disse que agora será possível “enfrentar” a questão do auxílio-moradia. Gilmar Mendes foi na mesma linha e disse que o aumento é necessário. Toffoli afirmou que irá conversar com o relator do caso, ministro Luiz Fux, para discutir o melhor momento de pautar as ações



Ministro Dias Toffoli, presidente do STF, conversará com equipe de Bolsonaro

sobre o tema.

“Em nome de todo o Poder Judiciário, eu gostaria de agradecer ao Congresso a aprovação desse projeto. Principalmente porque agora poderemos enfrentar a questão do auxílio-moradia. Vou conversar com o relator do caso, o vice-presidente do Supremo, Luiz Fux, para ver a melhor hora de nós deliberarmos a respeito”, disse.

A legalidade do auxílio está em discussão no Su-

premo. Dependerá de Fux liberar a ação e de Toffoli para marcar a data do julgamento.

Há consenso no STF sobre o fim do benefício aos juízes do modo como é concedido hoje. O Supremo ainda precisa avaliar se o julgamento seria ainda neste ano ou no ano que vem.

Na avaliação de Toffoli, o reajuste salarial funcionará, na prática, como uma incorporação do auxílio-moradia. Com a van-

tagem de que, sobre o salário com a recomposição, incidirá imposto de renda, ou seja, mais arrecadação para os cofres públicos.

Para solucionar o problema do “efeito cascata”, Toffoli pretende retomar com o novo governo as tratativas para o envio ao Congresso Nacional de uma proposta de emenda constitucional (PEC) que desvincule o salário dos ministros do STF do teto do funcionalismo público federal.

## Categorias no ES são favoráveis

« Os representantes dos magistrados e dos servidores do Ministério Público estadual (MPES) consideram “justa” a decisão da maioria do Senado. Segundo eles, não se trata de um aumento, mas sim de uma recomposição salarial em função das perdas inflacionárias.

O presidente da Associação de Magistrados do Estado (Amages), Daniel Peçanha, explica que as recomposições não ocorrem desde 2013 e que a categoria já acumula perdas inflacionárias de mais de 40%. “Quando a gente aderiu ao subsídio, abrimos mão de outros direitos que tínhamos. Existe uma promessa constitucional de recomposição anual pelas perdas da inflação”, alegou.

Já o presidente da Associação Espírito Santense do Ministério Público, Adelson Caliman, esteve em Brasília para acompanhar a votação. “Esse era um pleito de 2016 e a recomposição não é retroativa. Foi uma decisão justa, todas as outras categorias foram beneficiadas com a recomposição”, disse. O MPES e o Tribunal de Justiça não se manifestaram.

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO - 14/09/2018

# LEONEL XIMENES



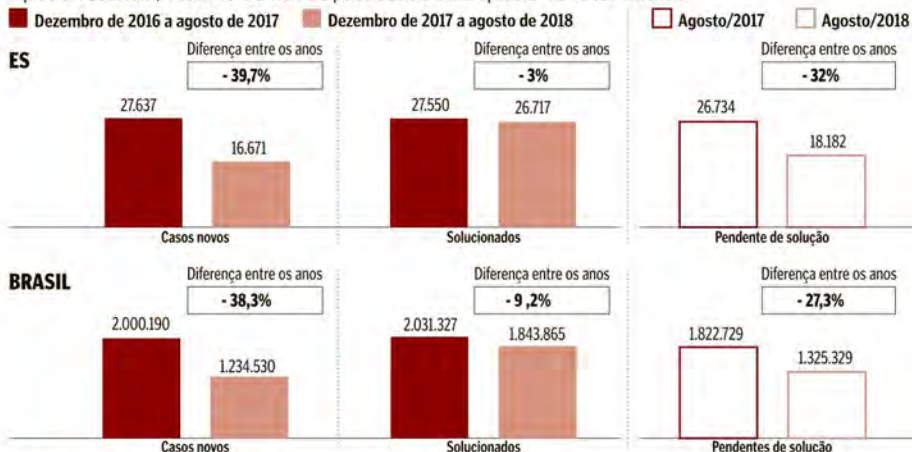
LXIMENES@REDEGAZETA.COM.BR | TEL.: 3321-8521

## 2022 vem aí!

A senadora Rose de Freitas (Podemos) votou a favor do aumento do salário dos ministros do STF. Enquanto isso, o povo brasileiro...

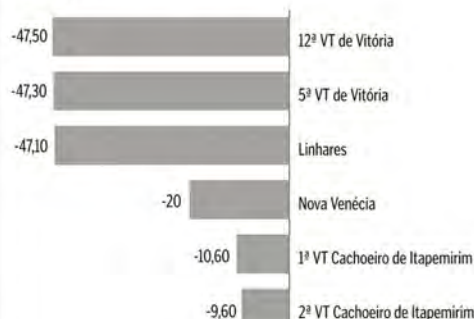
**AÇÕES TRABALHISTAS**

Após a reforma, volume de novos processos caiu quase 40% no Estado



Fontes: TRT 17ª Região e TST

Principais variações de casos novos nas Varas do Trabalho (VT) após a reforma trabalhista (Em %)



Infografia | Genildo Ronchi

| REFORMA TRABALHISTA |

# AÇÕES NA JUSTIÇA CAEM E TRT VAI DIVIDIR SEDE

Processos reduziram em quase 40% e prédio terá áreas ociosas

SIUMARA GONÇALVES  
sfgoncalves@redgazeta.com.br

O número de ações movidas por trabalhadores caiu quase 40% no Estado no primeiro ano de vigência da reforma trabalhista. Ao passo em que a demanda ao Tribunal Regional do Trabalho do Estado (TRT-ES) está diminuindo, o espaço que ficará subutilizado na construção faraônica da nova sede do órgão só aumenta. Atualmente, ela está orçada em mais de R\$ 211,58 milhões e prevista para ser entregue, parcialmente, apenas 2020.

Para ocupar as áreas que ficarão ociosas quando a obra finalmente for entregue, o TRT-ES organizou uma comissão de ocupação do prédio, que já analisa o compartilhamento da área com o Tribunal de Contas da União, o Ministério do Trabalho e o Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

A nova casa do órgão terá mais de 50,5 mil metros quadrados de área construída, com dois prédios in-

terligados, sendo um de 18 e outro de 10 andares, projetados para receber os milhares processos de papel, como era quando a edificação começou, em 2009.

Em julho deste ano, em entrevista à TV Gazeta, o desembargador presidente do tribunal, Mário Ribeiro Cantarino Neto, já havia indicado que um possível compartilhamento do ambiente estava sendo analisado e que havia sim "uma sobra de espaço" no prédio ainda em construção.

Em nota, enviada ontem à reportagem de A GAZETA, o TRT-ES explicou que o motivo principal motivo para a diminuição do espaço a ser ocupado pelo órgão se deve ao fato dos processos serem eletrônicos. E complementou que "a utilização do prédio depende da quantidade de funcionários e do número de varas".

Inicialmente, em 2009, o custo previsto da obra era de R\$ 108,51 milhões, com entrega para 2014. Hoje, a projeção dos custos já ultra-

passa os R\$ 211,58 milhões. Porém, até o momento, só há previsão de que seja disponibilizado em 2019 o equivalente a 24% do valor necessário para a conclusão.

**EM QUEDA**  
Com a reforma



Prédio do TRT, em construção, deve ficar subutilizado quando estiver pronto

trabalhista próxima de completar um ano, os indicadores mostram que o número de ações protocoladas na Justiça do Trabalho capixaba foi 39,7% menor do que no período anterior a ela. De dezembro de 2017 a agosto de 2018 foram 16,6 mil ações. Já de de-

MARCELO PREST

zembro de 2016 a agosto de 2017, o número de pedidos ultrapassou os 27,6 mil.

Na avaliação do presidente do TRT, uma das principais causas para essa queda foi a alteração no critério dos honorários de sucumbência. Com a nova lei, em caso de derrota, o trabalhador fica obrigado a arcar com os custos do advogado que faz a defesa do empregador.

"Esse valor pode ser descontado de alguma outra verba que ele venha a receber. Isso é que está causando um temor. As ações estão sendo propostas de uma forma mais cautelosa", afirmou Catarino Neto.

Após a reforma, o número de produção antecipada de provas cresceu mais de 7.900% no Estado. Além disso, cresceram as homologações de acordos extrajudiciais (1.900%) e de Ações Cíveis Públicas (265,8%). Já o cumprimento de ações depois da reforma trabalhista caiu 59,9%. (Com informações de Eduardo Dias)





COLUNA SOCIAL  
**Helio Dórea**  
Com Helio Dórea

### **No mundo jurídico**

Conforme noticiei aconteceu na Faculdade de Direito de Vitória, um super lançamento de livros de autorias capixabas. Cerca de 20 obras foram apresentadas. Uma obra coletiva foi assinada por Juliana Zaganelli, Elda Bussinguer e Ligia Bahia. A editora foi Juruá. O livro tem o título: "Organizações Sociais da Saúde e a Lei de Acesso à Informação". Por lá, entre muitos, o Conselheiro Domingos Taufner, o desembargador Carlos Bezerra Leite, a promotora de justiça Isabella de Deus, Marcio Zaganelli, Ricardo Dalla e Antonio Abikair. (fotos)



COLUNA SOCIAL  
**Helio Dórea**  
Com Helia Dórea

Está programado para o dia 26, o início da 12ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, o que acontecerá em nosso Tribunal da Justiça. Evidente, estarão à frente desse trabalho o desembargador Sérgio Gama e a Juíza Herminia Azoury.

# Mais duas avenidas com faixa só para ônibus

Após decisão da Justiça, que manteve a Linha Verde, a Prefeitura de Vitória vai ampliar o sistema para dois bairros

Rafael Gomes

Após ter seu funcionamento mantido pela Justiça, na última terça-feira, a Linha Verde será expandida para as avenidas Saturnino de Brito, na Praia do Canto, e Nossa Senhora dos Navegantes, na Enseada do Suá, em Vitória.

A ampliação vai acontecer a partir do próximo ano, segundo o secretário de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana da prefeitura, Luiz Paulo de Figueiredo.

Atualmente, o sistema funciona em 3,8 quilômetros da avenida Dante Michelini, em Camburi, liberando uma faixa da via somente para ônibus, táxi, vans e veículos com no mínimo três pessoas.

O novo trecho a contar com a Linha Verde vai da altura do Horto-mercado até a Ponte de Camburi, em um percurso de aproximadamente quatro quilômetros. Esse trecho chegou a ser testado pela prefeitura durante dois dias em abril deste ano, sendo aprovado pela administração municipal.

Na época, o trânsito ficou congestionado na Terceira Ponte, no sentido Vila Velha-Vitória, o que normalmente não acontece. O problema foi causado por conta do engarrafamento que se formou na rua Humberto Martins e na aveni-



A LINHA VERDE foi implantada em Camburi e o sistema vai funcionar agora na Praia do Canto e na Enseada do Suá

da Desembargador Santos Neves, na Enseada do Suá.

A Prefeitura de Vitória chegou a anunciar que o tempo semafórico da região seria modificado para evitar esse problema.

Como resultado do teste, a prefeitura afirmou que o tempo feito pelo ônibus, que era de 41 minutos sem a faixa, diminuiu para 26 minutos com a Linha Verde.

O presidente da associação de moradores da Praia do Canto, Cesar Saade, afirma que vê com "bons olhos" os projetos que possam melhorar a mobilidade urbana, mas ressalta a necessidade de

diálogo entre moradores e prefeitura.

"A comunidade precisa ser ouvida antes para que a implantação não ocorra de maneira traumática como houve na primeira fase. Pre-

**“A comunidade precisa ser ouvida antes para que a implantação não ocorra de maneira traumática”**

Cesar Saade, pres. associação de moradores da Praia do Canto

cisamos desse diálogo até para que os moradores se preparem”, disse.

Já o presidente da associação de moradores da Enseada do Suá, Eduardo Borges, ressalta que é a favor das faixas exclusivas para ônibus, mas cobra por melhorias no transporte público.

“Somos favoráveis, mas precisamos de conforto razoável nos ônibus, no mínimo com climatização, além de uma maior confiabilidade de horários”, disse.

A expansão da Linha Verde vai acontecer ao longo do próximo ano, mas a data oficial de início ainda não foi divulgada.

## Prefeitura não tem previsão para aplicação de multas

Mesmo com a manutenção da Linha Verde pela Justiça, a prefeitura de Vitória segue sem previsão de aplicar multa no valor de R\$ 88,38 aos motoristas que desobedecem as regras. Atualmente, quem passa pela faixa não é autuado, mesmo o ato sendo considerado uma infração pelo Código de Trânsito.

Em nota, a prefeitura afirmou, apenas, que vai continuar com o trabalho educativo, “tendo em vista que os motoristas já vêm respeitando e obedecendo a sinalização ao longo da via”, informou a nota.

### AUDIÊNCIA

Na sessão que manteve o funcionamento da Linha Verde, na terça-feira, a Justiça determinou que a prefeitura realize audiência pública para ampla divulgação do projeto no prazo de 90 dias. A determinação foi feita pelo desembargador José Paulo da Gama, que defende um debate sobre a expansão.

Apesar da decisão em manter o sistema, o processo movido pela moradora de Jardim Camburi contra a implantação da Linha Verde segue em curso na 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente de Vitória.



FAIXA EXCLUSIVA sem multas



| CRIMINOSOS PROCURADOS |

# HOMEM ESTÁ FORAGIDO DA JUSTIÇA HÁ 22 ANOS

Há quase 11 mil mandados de prisão pendentes no Espírito Santo

▲ NATALIA BOURGUIGNON  
nbourguignon@redegazeta.com.br

Um homem de 58 anos escapa da polícia e da Justiça do Espírito Santo desde 1996. Valdeci Costa Aguiar é o mais antigo procurado no Estado, segundo informações do Banco Nacional de Mandados de Prisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além dele, outros 10.926 mandados estão pendentes no sistema.

A essa lista extensa se juntou recentemente o mandado de prisão do empresário Wagner José Dondoni de Oliveira. Ele foi condenado na terça-feira a uma pena de 24 anos e 11 meses, em regime fechado, pela morte de uma família em um acidente de trânsito, ocorrido há dez anos. No mesmo dia, mais de 40 outros mandados foram incluídos no sistema.

O secretário de Seguran-

ça Pública do Estado, Nylton Rodrigues, diz que pode haver inconsistências no banco de dados do CNJ. Ele aponta ainda que o número de mandados reflete um alto índice de resolução de crimes.

Já o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo (Sindipol), Jorge Emílio Leal, diz que o processo de busca de foragidos no Estado é precário e, por isso, são priorizados os casos "mais fáceis". "O mandado é cumprido geralmente quando o foragido é abordado pela Polícia Militar na rua, quando o próprio acusado se entrega, ou quando alguém denuncia pelo 181. Esses são os de mais fácil resolução."

## CRIME EM 1996

Valdeci, conhecido como "baixinho", tem um mandado de prisão preventiva em aberto por uma

tentativa de homicídio há 22 anos. Ele teve a prisão decretada, mas ainda não foi preso. O mandado de prisão dele é válido até 27 de janeiro de 2032. A GAZETA tentou contato por telefone com o advogado que defende Valdeci no caso, mas as ligações não foram atendidas.

Segundo o processo, em abril de 1996, Valdeci teria atirado três vezes contra um homem em um bar no interior de Pinheiros. Apenas um dos tiros atingiu o alvo, que sobreviveu. Segundo a investigação, o fato foi praticado por vingança.

Os outros dois mandados de prisão mais antigos do sistema do CNJ no Estado são por homicídio qualificado. Natalino Áureo teve a prisão preventiva decretada pela Justiça da Serra



Dondoni também está foragido após condenação

em 1999 e também nunca foi capturado, segundo o banco de mandados do CNJ. Como ele nunca compareceu nem constituiu advogado, o processo foi suspenso. A suspensão interrompe também o prazo pa-

ra a prescrição do crime. O mandado de Natalino é válido até 2055.

Gilcelio Lopes da Silva, 49 anos, é acusado de participar da morte de um servente. Ele teria se passado por policial civil e,

com mais duas pessoas, sequestrado e matado a tiros Pedro Quirino Américo. O crime aconteceu na Serra e, segundo arquivos de A GAZETA, o corpo foi encontrado por um grupo de crianças que brincavam no bairro Eldorado.

O presidente do Sindipol pontua a falta de recursos para que os agentes possam investigar os casos mais complexos. "A polícia cumpre mandados e cumpre muito, mas ainda assim é insuficiente. Não tem aparato tecnológico para fazer coleta de dados e informações de inteligência. Não tem como cruzar os dados e localizar o indivíduo."

Ele avalia que falta integração com outras bases de dados como da Polícia Federal, do Detran ou da Justiça Eleitoral, por exemplo.

MARCOS FERNANDEZ - 05/06/2008

## | CRIMINOSOS PROCURADOS |

## SECRETÁRIO: “POLÍCIA FAZ CAPTURAS TODOS OS DIAS”

Este ano foram cumpridos mais de 7 mil mandados até setembro

ALINE NUNES  
anunes@redgazeta.com.br

Diante do volume de mandados de prisão pendentes, o secretário de Estado da Segurança Pública, coronel Nylton Rodrigues, ressalta que há também um trabalho diário da polícia para cumpri-los. Como esse é um dado que muda todos os dias, é difícil zerar a demanda, diz ele. “Todos os dias a polícia faz capturas”, defende.

## Como a polícia atua para cumprir os mandados?

A Polícia Civil e a Polícia Militar realizam, diariamente, ações de cumprimento de mandados de prisão. A polícia faz capturas todos os dias. De janeiro a setembro deste ano, efetuamos a prisão de 1.562 homicidas, fora os outros crimes. Nesse mesmo período, realizamos 2.288 operações policiais e, em cada operação, pode ter sido realizado o cumprimento de um ou mais mandados.

## E como é a dinâmica desse trabalho?

A Polícia Militar cumpriu 4.023 mandados em aberto, de janeiro a setembro, nas operações diárias e também através do sistema de inteligência da PM, específico para o cumprimento de mandados.

## Como funciona o sistema? Essas são informações de



Nylton Rodrigues destaca que o número de mandados em aberto é “muito dinâmico”

interesse policial (não podem ser divulgadas), mas posso dizer que é um sistema de policiamento em rede, criado dentro da instituição, especificamente para cumprir mandados.

## E a Polícia Civil?

Tem a Superintendência de Polícia Interestadual e Captura, criada especificamente para essa finalidade, e que, nesse mesmo período, cumpriu 3.802 manda-

dos. Desses, 3.032 já estavam nos presídios, ou seja, são indivíduos que estavam presos e contra os quais novos mandados foram expedidos. Outros 770 foram cumpridos em operações de campo. Os serviços de inteligência das polícias estão sempre em vigilância para detectar e executar o cumprimento dos mandados.

## Mesmo com mais de 7 mil mandados cumpri-

dos este ano, ainda são quase 11 mil pendentes. Por que esse número é tão elevado?

Esse número é muito dinâmico. Podemos prender 10, e saírem 15 mandados no mesmo dia. Também existem inconsistências. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está reformulando o banco nacional para minimizá-las.

## E quais são elas?

Duplicidade de mandados, muitos mandados contra uma só pessoa, expedição para pessoas desaparecidas, falecidas e já presas, mandados cumpridos e que ainda não foram baixados do sistema.

## Então, que número o senhor acredita que se aproxime do real?

Não dá para apresentar um percentual. O Poder Judiciário acabou de elaborar o novo banco nacional justamente para que o sistema seja mais eficiente. A gente destaca também o alto percentual de resolutividade dos inquéritos porque, se tem mandado contra alguém, tem investigação da polícia. O percentual de resolutividade para inquéritos que apuram homicídios no Estado, em 2018, é de 78%. Nos últimos cinco anos, foi de 60%. A média no Brasil é de 15%.

## Mas como elevar o cumprimento de mandados?

A população pode contribuir, informando o paradeiro dos foragidos da Justiça, ligando para o 181. Agora também temos um site (disquedenuncia181.es.gov.br). Nesta página, o internauta consegue, inclusive, anexar fotos e vídeos. O anonimato é preservado porque tudo é criptografado, a mesma segurança usada no sistema bancário.

## ANÁLISE

## FACILIDADE DE FUGA

Quase 11 mil mandados em aberto é um número alto, mas acredito que a polícia tem feito seu trabalho. O problema é a facilidade de locomoção dentro do país. Se uma pessoa compra passagem de ônibus hoje, o máximo que pedem é a identidade. Não busca-se registro se contra ela existe um mandado de prisão. Também pode alugar um carro aqui, ir para qualquer lugar do país e ninguém consulta o banco nacional de mandados. Só se for parado em uma blitz. É preciso ter um controle maior. O banco de dados é muito bom, mas não existe, por exemplo, conexão do sistema com prestadoras de serviço, com operadoras de cartões de crédito, enfim, um mecanismo que possibilite maior controle para identificar e capturar pessoas foragidas.

CARLOS MAGNO M. LIMA  
PROFESSOR DE DIREITO PENAL DA UVA

## “Minha paz vai reinar quando ele estiver preso”

O cabeleireiro Ronaldo Andrade reagiu com alívio e alegria à condenação do empresário Wagner José Dondoni, em julgamento concluído na madrugada da última terça-feira. Ele foi condenado a 24 anos e 11 meses de prisão, por ser considerado culpado de causar o acidente que matou os dois filhos e a esposa do cabeleireiro. A tragédia aconteceu em 2008, na BR 101, em Viana.

Porém, mesmo com sentença confirmada, Ronaldo agora vive a apreensão de saber que Dondoni ainda não foi preso e está foragido. “Minha paz vai reinar quando ele estiver preso”, disse.

“Está sendo muito difícil saber que ele ainda não foi preso. Eu já falei que só conseguiria continuar minha vida normalmente depois que ele fosse julgado, condenado e preso. Ele foi

julgado e condenado, mas não foi preso, então eu ainda não estou tranquilo. Eu confio na Justiça e tenho certeza que a polícia vai achá-lo e prendê-lo.”

O cabeleireiro afirma que só terá paz quando Dondoni estiver atrás das grades. “A paz mesmo vai reinar no meu coração quando ele estiver preso. Vamos denunciar, vamos nos ajudar. Não é ajudar só a mim não, por-

que ele é um assassino. Ele estará nas ruas comentando as atrocidades que ele comete. Eu não quero essa dor que eu sinto para ninguém”, disse Ronaldo.

Em comunicado emitido na manhã de ontem, a Polícia Civil informou que a Superintendência de Polícia Interestadual e Capturas está realizando diligências para encontrar Dondoni. (Eduardo Dias)



Ronaldo com a foto da mulher e do filho mais novo

**GIRO RÁPIDO****Polícia faz buscas nas casas de Dondoni**

O comerciante Wagner Dondoni de Oliveira continua foragido. Na manhã de ontem, a polícia realizou buscas pelo acusado nos endereços que ele deu à Justiça: uma casa em Cariacica e outra em Vitória.

Dondoni foi condenado a 25 anos e quatro meses de prisão pela morte de três pessoas da mesma família em 20 de abril de 2008.

**WAGNER** Dondoni é foragido

# JUSTIÇA CONCEDE LIBERDADE PROVISÓRIA PARA PASTORA

## Juliana Salles é acusada de omissão nas mortes dos filhos

◀ A pastora Juliana Salles, mãe dos irmãos Kauã Salles Butkovsky, 6 anos, e Joaquim Alves, 2 anos, conseguiu na Justiça a liberdade provisória, ontem. Ela está presa desde o dia 19 de junho, quando foi detida em Minas Gerais, em cumprimento ao mandado de prisão expedido pela 1ª Vara Criminal de Linhares.

Na ocasião, foi aceita a denúncia do Ministério Público Estadual que acusou a pastora de ter conhecimento do risco que as crianças sofriam por estarem sozinhas com o pastor George, o que caracteriza omissão por parte de Juliana.

O alvará de soltura da pastora foi expedido ontem. Às 19 horas, a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) informou que Juliana Salles continuava presa no Centro Prisional Feminino de Cariacica (CPFC) e que não havia recebido o alvará. Até o fechamento desta edição a pastora não havia deixado o presídio.

O marido dela, Georgeval Alves, conhecido como pastor George, está preso desde abril, mês em que as crianças foram assassinadas, e vai responder por dois homicídios qualificados, dois estupros de vulneráveis, dois crimes de tortura e fraude processual por ter alterado a cena do crime. A pastora, apesar de não estar em casa no dia do crime, também responde pelos mes-



A pastora Juliana Salles foi presa em Minas Gerais no dia 19 de junho

mos crimes, considerada a omissão.

A reportagem tentou falar com a defesa da pastora, mas as ligações não foram atendidas e mensagens não tiveram respostas.

### REVOLTA

O pai biológico de Kauã, Rainy Butkovsky, expressou sua indignação com a novidade. "A Justiça é uma fábrica de monstros", desabafou, reforçando que não comentaria mais sobre o caso.

O advogado Siderson Victorino, que assessora o pai de Kauã, também criticou a decisão. "É um absurdo a con-



O pastor George é acusado de matar Joaquim e Kauã

cessão da liberdade de Juliana. A decisão do juiz vai de encontro com as regras do Código Penal, que permite a prisão preventiva para preservação da ordem pública,

processual e a garantia da aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime. Juliana é acusada de fraude processual e foi presa em Minas Gerais."

### ENTENDA O CASO

#### 21 DE ABRIL

Os irmãos Kauã Salles Butkovsky, 6, e Joaquim Alves Salles, 3, morreram durante um incêndio, no Centro de Linhares. O fogo começou no quarto onde as crianças dormiam. Dentro da casa também estava George Alves, pastor da Igreja Vida e Paz, pai e Joaquim e padrasto de Kauã. A mãe dos meninos, a pastora Juliana Salles, estava viajando.

#### 23 DE ABRIL

George e Juliana foram até o DML, em Vitória, local para onde os corpos das crianças passaram por exames de DNA. A casa passa por perícia.

#### 24 DE ABRIL

É feita a segunda perícia. George Alves acompanhou o trabalho. A polícia recolheu câmeras da rua.

#### 27 DE ABRIL

Uma terceira perícia foi realizada na casa. Os peritos utilizaram luminol, produto usado para detectar vestígios de sangue. O exame de lesão corporal feito em George apontou que ele teve uma pequena bolha de queimadura no pé, do tamanho de uma moeda.

#### 28 DE ABRIL

O pastor George Alves foi preso após a Justiça expedir um mandado de prisão provisória.

#### 30 DE ABRIL

Uma quarta perícia é realizada na casa, desta

vez pelo Corpo de Bombeiros. O carro que era usado pelo pastor foi apreendido.

#### 02 DE MAIO

Polícia realiza perícia no carro do pastor. Já o Corpo de Bombeiros faz a quinta perícia na casa.

#### 04 DE MAIO

A polícia analisa imagens para saber onde o casal esteve e com quem se encontrou nos dias anteriores e seguintes ao incêndio. O pedido de habeas corpus para o pastor George Alves é negado pela Justiça.

#### 07 DE MAIO

Os corpos dos irmãos são liberados.

#### 10 DE MAIO

Os corpos dos irmãos são enterrados no Cemitério São José. Pastor George não compareceu. Já a pastora Juliana precisou de escolta policial.

#### 11 DE MAIO

A casa passa pela sexta perícia.

#### 16 DE MAIO

Pedido de perícia particular é negado pela Polícia Civil.

#### 17 DE MAIO

Pela primeira vez, os três delegados que investigam o caso afirmam que o caso é tratado como homicídio e pedem a prorrogação da prisão de George.

#### 19 DE JUNHO

Pastora Juliana Salles é presa em Minas Gerais.

UMBERTO LEMOS/INTERTV - 06/07/2018

FACEBOOK/GEORGE ALVES

# Ex-pastora recebe liberdade da Justiça

Juliana Sales não deve voltar para Linhares, segundo sua advogada. Manifestação contra sua liberdade acontece no centro de Vitória

Kananda Natielly

**A** ex-pastora Juliana Sales, esposa de Georgeval Alves e mãe dos irmãos Kauã Sales Butkovsky, 6, e Joaquim Alves Sales, 3, mortos carbonizados em abril deste ano, teve o pedido de liberdade provisória aceito pela Justiça na tarde de ontem.

A informação foi confirmada pela Secretaria de Estado da Justiça, que disse ainda que Juliana poderia ser solta a qualquer momento, após receber o alvará de soltura.

De acordo com a defesa da ex-pastora, o pedido foi feito durante a audiência do caso, realizada no dia 23 de outubro, em Linhares.

A advogada Milena Freire garantiu que, quando Juliana sair do presídio, não voltará a Linhares. "Ainda não sabemos para onde ela irá, mas, com certeza, não será para Linhares. Talvez vá para o estado de Minas Gerais. Ainda não sabemos".

Juliana Sales está presa desde o dia 20 de junho, quando foi detida em Teófilo Otoni, Minas Gerais. Ela e o marido respondem pelos crimes de duplo homicídio, duplo estupro e fraude processual por alterar a cena do crime.

Até o fechamento desta edição, a ex-pastora não tinha deixado o presídio, em Bubu, Cariacica.

## MANIFESTAÇÃO

Familiares do pai de Kauã, o comerciante Rainy Butkovsky, 30 anos, farão um protesto nesta manhã, na Praça Costa Pereira, no centro de Vitória, contra a decisão da Justiça. O ato terá início às 6h30.

O comerciante destacou a tristeza que a família sentiu ao receber a notícia de que Juliana estará em liberdade. "Estamos muito revoltados e convocamos a presença de todos os cidadãos de bem que sofreram com a perda de nossas crianças para o ato", disse Rainy.



CASAL de ex-pastores Juliana Sales e Georgeval Alves: réus em processo

## Recurso para George Alves

Ao ser informada de que o pedido de liberdade provisória da ex-pastora Juliana Sales foi aceito pelo juiz da 1ª Vara Criminal de Linhares, André Dadalto Bijos, a defesa da acusada disse que a decisão do magistrado foi sábia e que o próximo passo será pedir a liberdade do ex-pastor Georgeval Alves, conhecido como George Alves.

"Estamos imensamente felizes e gratos a Deus pela justiça feita hoje pelas mãos do sábio julgador Dr. André Bijos, que deferiu o pedido de relaxamento de prisão", disse a advogada Milena Freire.

A defesa frisou que a vitória ainda não foi completa e que, agora, os advogados vão entrar com recurso de liberdade para o ex-pastor.

"A revogação em face de Georgeval não foi deferida, mesmo ele estando preso há mais tempo que Juliana. A defesa pretende interpor habeas corpus em favor do mesmo", disse a advogada.

De acordo com ela, o relaxamento de prisão de Juliana foi solicitado pela defesa durante a audiência realizada no dia 23 de outubro, em Linhares.

"Entramos com o recurso diante o excesso de prazo para instrução processual, bem como da produção das provas apresentadas até agora, que reforçam relatório policial que dizia que Juliana nada tinha a ver com a morte de seus filhos. Ela é mais uma vítima da tragédia ocorrida em 21 de abril deste ano."



# Indenização para 50 alunos humilhados em formatura

Formandos de Educação Física foram impedidos de fotografar evento porque contrataram empresa diferente da que faculdade indicou

Roberta Bourguignon  
GUARAPARI

**O**s 50 formandos de Educação Física de uma faculdade particular de Guarapari, que se sentiram humilhados e injustiçados durante a formatura que aconteceu em 2017, podem receber R\$ 4 mil cada um por danos morais.

Eles contrataram uma empresa organizadora de eventos, diferente da que a faculdade sugeriu. No dia da formatura, a empresa contratada pelo grupo foi impedida de fazer fotos dos 50 formandos no auditório, assim como os familiares. Somente a empresa indicada pela faculdade poderia fotografar o evento.

Essa empresa cobrava mais de R\$ 3 mil por aluno pelo pacote de formatura. Já a empresa contratada pelos estudantes de Educação Física cobrou R\$ 1.400.

A Justiça, por meio do 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis de Guarapari, determinou que a faculdade, junto com a empresa de eventos que indicou, devam pagar a condenação de forma solidária aos ex-alunos.

É o que explica o advogado dos alunos, Atilho Bustilhos. "A facul-



**ALUNOS** de Educação Física de uma faculdade particular de Guarapari: estudantes podem receber até R\$ 4 mil

dade permitiu que apenas uma empresa de eventos fizesse a colação de grau de todos os alunos. Mas parte desses formandos optou por outra empresa. Na colação, os fotógrafos não puderam fazer as fotos desses alunos, e os familiares foram orientados a não registrar esse momento", frisou.

E completou: "Os alunos foram submetidos ao constrangimento de ter de colocar as vestes de for-

em local inapropriado para a solenidade. Além disso, a conduta das rés foi contra o ordenamento jurídico. Eu acreditava em uma decisão favorável aos formandos".

Os processos de pelo menos seis formandos já receberam a manifestação favorável da Justiça. A faculdade e a empresa de eventos ainda podem recorrer da decisão.

Para o atual professor de Educação Física Ioarle Brandão, 32 anos,

um dos ex-formandos que se sentiu lesado, os danos morais não permitem que o tempo volte para que eles possam ter a dignidade de ter uma formatura como de todas as outras dezenas de turmas, mas de alguma forma pode permitir aos envolvidos a refletir.

A faculdade informou que não comenta processos judiciais. Já a empresa de eventos disse que foi contratada e que seguiu as regras.

ITALO HUGO

**BRUNA LYRA DUQUE**

É doutora em Direito e professora de Direito Civil da FDV

## Namoro qualificado: amor ou desamor?

/// Há quem entenda desnecessária a regulamentação do namoro entre o casal e há quem defenda a sua necessidade

Seria possível firmar um contrato de namoro? O tema é controvertido. Há quem entenda desnecessária a regulamentação do namoro entre o casal e há quem defenda a sua necessidade, objetivando evitar a caracterização da união estável.

O Superior Tribunal de Justiça (REsp 1454643) já se manifestou sobre o chamado "namoro qualificado" destacando que esse é um estreitamento de laços em que as partes projetam apenas para o futuro o desejo de constituir uma família. Re-

terou o Superior Tribunal de Justiça que o desejo é para o futuro e não para o presente, logo o relacionamento não pode ser confundido com a união estável e nem com o casamento.

Admitindo-se a validade do contrato de namoro, as seguintes cláusulas poderiam ser criadas: regulamentação da separação ou comunhão dos bens; intenção do casal em não formar uma união estável; indenização para o caso de violação do dever de fidelidade; e em caso de morte, regular a intransmissibilidade dos bens.

Os questionamentos que precisam ser considerados nesse debate são os seguintes: seria mesmo o namoro uma relação afetiva que comporta a patrimonialização? A tentativa de afastar a caracterização da união estável justifica o exagero que leva à formalização de um contrato de namoro?

Para alguns juristas brasileiros, falar em formalizar o namoro parece ser um "antinamoro". Outros autores entendem que esse contrato seria nulo pela impossibilidade jurídica do objeto.

No que diz respeito ao negócio firmado entre os namorados, faz-se relevante apresentar uma objeção à prática da formalização, pois o direito de família está mais dirigido às pessoas e não às preocupações de que a relação se caracterize ou não como uma união estável.

Para refletir sobre essas questões, parece interessante recorrer ao autor polonês Zygmunt Bauman que propõe o seguinte: "o amor é a vontade de cuidar, e de preservar (...). Amar é contribuir para o mundo, cada contribuição sendo o traço vivo do eu que ama. No amor, o eu é, pedaço por pedaço, transplantado para o mundo".

| REPORTAGEM ESPECIAL |

# COM MEDO, CASAIS GAYS ANTECIPAM CASAMENTO

## Presidente eleito foi contrário a direito conquistado em 2013

de SULLIVAN SILVA  
susilva@redgazeta.com.br

Estava quase tudo pronto para o casamento de André Luiz de Melo Camargo, 35 anos, e Taffarel Andrade, 28 anos, em abril de 2019. Entretanto, aprensivos com uma possível perda do direito à união homoafetiva durante o governo do presidente eleito Jair Bolsonaro, os planos mudaram. O casal resolveu antecipar a cerimônia do registro civil para dezembro deste ano.

André Luiz é bancário e Taffarel vendedor. Eles começaram a contratar os fornecedores após uma viagem para a realização das fotos de pré-casamento, em março deste ano. Porém, com o resultado das eleições, as coisas mudaram.

"Ficamos atentos a algumas falas do presidente eleito e nos preocupamos. O Magno Malta lançou uma consulta pública (atual senador, cotado para ser um dos ministros de Bolsonaro) sobre se a sociedade aprovava a suspensão do casamento civil de pessoas do mesmo sexo. Com essas informações resolvemos antecipar", relatou André Luiz. Na consulta de Malta, por enquanto, 406.040 votaram contra a revogação do direito, enquanto 26.508 são favor.

Os dois irão casar no cartório no dia 22 de dezembro



André e Taffarel mudaram a data do casamento de abril de 2019 para o mês que vem

FERNANDO MADEIRA

e reunirão os padrinhos no salão de festas do condomínio em que moram, em Vila Velha. André explica que a festa para os convidados, entretanto, continua para abril. "Essa mudança é para garantir que a gente tenha realmente o que comemorar na festa de casamento, porque temos que ter a certeza absoluta que vamos concretizar o registro civil", disse André.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) inter-

*"Mesmo conseguindo nosso registro civil, nós vamos continuar lutando até o fim para a garantia desse direito para todos"*

ANDRÉ LUIZ DE MELO CAMARGO BANCÁRIO

pretou os dispositivos do Código Civil em conformidade com a Constituição Federal pela permissão da união homoafetiva. Em 2013, uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proibiu que cartórios se recusassem a realizar o casamento civil entre casais do mesmo sexo que se tornou legal em todo o país.

O presidente eleito não apresentou propostas concretas durante sua campanha para a perda desse direi-

to, porém, já deu declarações consideradas ofensivas ao público LGBT em 2013. No da aprovação da resolução pelo CNJ. "Está bem claro na Constituição: a união familiar é (entre) um homem e uma mulher. Essas decisões só vem solapar os valores familiares. Vai jogar tudo por terra", disse Bolsonaro na época.

A apreensão pela perda desses direitos se tornou ainda mais presente após a premissa da Comissão Espe-

cial da Diversidade Sexual e Gênero do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Maria Berenice Dias, recomendar, em entrevista à "Folha de São Paulo", que casais LGBT se casassem logo. Entretanto, há divergência sobre esse posicionamento.

Segundo o advogado especializado em questões de família José Eduardo Coelho Dias, o entendimento do STF é válido para união estável e casamento civil, e a união homoafetiva é um direito com garantia constitucional.

"A partir do princípio constitucional de vedação do retrocesso social e da proteção ao ato jurídico, não acredito em perdas de direitos daquele casais que já vivem em união estável nem a proibição da realização de novos casamentos civis. Até porque essa posição é interpretada pelo Supremo Tribunal Federal", explicou.

José Eduardo salienta ainda que se alguma lei proibir a união de casais do mesmo sexo for aprovada ela deverá ser declarada inconstitucional. "A menos que o entendimento do STF se modifique, qualquer lei que proíba as uniões entre pessoas do mesmo sexo deverá ser declarada inconstitucional, pois estará abaixo da Constituição, interpretada em última instância pelo STF"

### TIRA-DÚVIDAS

► **A OAB recomendou que os casais LGBT se casassem logo por receio de que o direito ao casamento gay possa ser revertido no governo de Jair Bolsonaro?**

Não. Maria Berenice Dias, presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero do Conselho Federal da OAB, fez essa recomendação em uma entrevista. Contudo, essa é a opinião dela, não da instituição. Também não

é consenso entre especialistas da área, já que não é simples reverter um direito garantido pela jurisprudência do STF.

► **O direito ao casamento homoafetivo pode ser revertido?**

A jurisprudência que garante o direito de casais homossexuais se casarem só poderia ser revertida caso o Congresso aprovasse uma lei proibindo. Segundo

especialistas consultados, isso não poderia ser feito por decreto presidencial, mas o presidente pode encaminhar o projeto de lei ao Legislativo. Ainda assim, tal lei seria facilmente questionada na Justiça porque há jurisprudência do STF e há garantia constitucional de vedação do retrocesso social.

► **Uma vez que o Congresso aprovasse uma lei nesse sentido, ela**

**poderia ser derrubada no STF?**

Sim, uma vez que contraria o próprio entendimento do STF. Segundo Adriana Galvão, presidente da Comissão da Diversidade Sexual da OAB-SP, considerando a composição atual do STF, com a jurisprudência e acordos e tratados internacionais de direitos humanos, uma lei que proibisse o casamento gay no Brasil seria

facilmente derrubada.

► **Jair Bolsonaro ameaçou acabar com o casamento homoafetivo?**

Diretamente, não, nem fez disso uma proposta concreta durante sua campanha. Contudo, o presidente eleito já deu declarações consideradas ofensivas ao público LGBT e disse, em 2013, que "está bem claro na Constituição: a união familiar é (entre) um

homem e uma mulher. Essas decisões só vêm solapar a unidade familiar, os valores familiares. Vai jogar tudo isso por terra". Naquele ano, o CNJ aprovou a resolução que permite aos cartórios registrarem casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Bolsonaro também afirmou, em entrevista à TV, que é contra o recebimento de pensão por cônjuge homossexual em caso de morte.

## | REPORTAGEM ESPECIAL |

# Solidariedade para realizar novas uniões

**Profissionais estão oferecendo serviço de graça para antecipação de casamento**

▲ SULLIVAN SILVA  
susilva@redgazeta.com.br

Diante da manifestação de diversos casais LGBT de antecipar seus casamentos por medo do direito ser revogado com a aprovação de uma nova lei no Congresso Nacional, durante o governo do presidente eleito Jair Bolsonaro, uma campanha foi criada nas redes sociais para a organização de cerimônias e festas. Maquiadores, fotógrafos e cerimonialistas se disponibilizam para realizar os serviços sem custos.

A celebrante Liandra Zanette foi uma das pes-

*“Poder dar qualquer tipo de colaboração que faça as pessoas se sentirem melhores e evoluir a sociedade como um todo é gratificante”*

VICKIE JUNIOR MAQUIADOR

soas que fez a publicação em sua rede social. Ela explica que o movimento mostra a força dentro da comunidade LGBT. Liandra reforça que o direito de casar é garantido a qualquer pessoa e que por isso quem não aceita re-

trocessos e preconceitos deve se manifestar.

Ainda segundo a celebrante, o futuro está se moldando de forma triste, pois é injusto que casais do mesmo sexo revejam seus planejamentos. “Quando você faz o planejamento de casamento é de um, dois anos, e eles (os casais gays) estão vendo a não concretização de um sonho. Por isso temos que ajudar”, disse Liandra, que ressalta que a rede de solidariedade é feita por pessoas dispostas a continuar lutando por esses direitos.

O maquiador e cabeleireiro Vickie Junior afirma que é importante apoiar os casais que decidiram adiantar o casamento.



MARCELO PREST

## Rede do bem

O fotógrafo Matheus Knidel e a celebrante Liandra Zanette ofereceram seus trabalhos gratuitos para casais LGBT que pretendem subir ao altar até o final deste ano. “Por que não ajudá-los a realizar esse sonho?”, propôs Matheus.

“Poder dar qualquer tipo de colaboração que faça as pessoas se sentirem melhores e evoluir a sociedade como um todo é gratificante. É uma forma de mostrar que apoiamos a casamento igualitário e

estamos contra o retrocesso”, afirmou.

O fotógrafo Matheus Knidel também ofereceu seu trabalho como voluntário, mas, por enquanto, ninguém o procurou. Ele afirma que está disposto a

se mobilizar pelo amor das pessoas.

“Se as pessoas do mesmo sexo estão se sentindo amedrontadas por que não ajudá-las a conseguirem realizar esse sonho?”, propõe.

# VITOR VOGAS PRAÇA OITO

VVOGAS@REDEGAZETA.COM.BR TEL: 3321-8319

LEIA.AG/VITORVOGAS

## Rizk: luta trabalhista na OAB-ES

Definindo-se como um “advogado militante civil e trabalhista”, Luiz Carlos Rizk Filho apresenta-se pela segunda vez seguida como “desafiante” na eleição à presidência da OAB-ES, marcada para o próximo dia 28. Depois de bater na trave em 2015, ele trabalha novamente para desbancar o grupo político liderado por Homero Mafra, que comanda a entidade de representação dos advogados no Espírito Santo desde 2009.

Para isso, Rizk se advoga a condição de legítimo representante da oposição nesse processo. “Acho que a advocacia vai entender que a legitimidade de chapa de oposição e renovação é a do Rizk. Isso por um motivo simples: é uma chapa que se manteve coerente desde 2015. É uma coerência que temos mantido de forma crítica à gestão que aí está”, afirma ele, que acrescenta ter sido convidado pelo grupo da situação para compor com Homero ao longo da atual gestão e, mais recentemente, para ocupar um lugar na chapa encabeçada pelo candidato apoiado por Homero, o atual secretário-geral, Ricardo Brum (apresentado aqui ontem). “Não sucumbimos a convites da chapa da situação.”

Além de sublinhar a própria coerência, trata-se de uma indireta a Santuzza da Costa Pereira, que também foi adversária de Homero na eleição de 2015, mas hoje faz parte da chapa de Brum – chamada por Rizk de “chapa de Homero”. “Santuzza atravessou uma ponte que eu não preciso atravessar. Acho estranha a união

dela com o grupo de Homero após as críticas muito duras que ela fez a ele em 2015. Se você tem uma postura de oposição, não é um cargo que te faz trocar de ideia. Coerência é o nosso maior trunfo. Sou eu que visto essa camisa da oposição. Isso não é vestido por mais ninguém.”

Nesse caso, o alvo da indireta é outro: Elisângela Leite Melo, procuradora de Cariacica e também candidata de oposição à presidência da OAB-ES. “É uma chapa de esquerda, partidarizada. Ela tem esse direito e respeito a chapa dela. Mas quem representa a oposição é a chapa de Rizk”, diz o próprio, de novo na 3ª pessoa.

Sendo assim, como todo candidato de oposição que se preze, Rizk também faz críticas a quem está no poder. “Nos últimos anos, a OAB-ES se personalizou muito. A figura do Homero se confundiu com a OAB-ES. Passaram a achar que a Ordem é a casa deles. Ele entrou de um jeito e vai sair de outro. Defendo um movimento de retomada, para o advogado voltar a olhar para cima.”

Para concretizar essa “retomada”, Rizk, um advogado trabalhista, quer liderar uma “luta trabalhista” dentro da própria categoria.

Ele alerta para o alto índice de advogados em início de carreira que estão desistindo da profissão por falta de mer-

—  
**Publiquei ontem com erro que, segundo Ricardo Brum, o orçamento da OAB-ES em 2020 terá 7% para investimentos. Na verdade, o orçamento em questão é o de 2019.**

cado de trabalho. “Meu maior sonho é fazer com que o advogado não desista mais de ser advogado.” Para isso, uma de suas propostas é levar para dentro da OAB-ES os critérios de admissão dos dativos (advogados nomeados pela Justiça para fazer a defesa de réus na ausência de defensores públicos). Segundo ele, hoje muitos réus que podem pagar um advogado particular alegam não ter condições financeiras e ganham do juiz o direito a um dativo. “Não há triagem. O juiz nomeia o dativo sem observar se a pessoa é pobre ou não. Isso prejudica o advogado em início de carreira.”

De acordo com o candidato, desse problema resulta um segundo: o “avilamento de honorários”, pagos abaixo da tabela. “O advogado se submete a isso e vai receber quatro ou cinco anos depois.”

Para pôr em prática essa “luta trabalhista”, Rizk terá de se sair melhor que em 2015 no próximo dia 28. A conferir.



## Passou perto em 2015

Aos 38 anos, José Carlos Rizk Filho disputa a presidência da OAB-ES pela 2ª vez consecutiva. Em 2015, em uma das eleições mais acirradas da história da entidade, ficou em 2º lugar, com 33,1% dos votos. O vencedor, Homero Mafra, teve 36,5%. Santuzza da Costa Pereira ficou em 3º lugar, com 27,6%. Rizk diz ter vencido em seis das 18 subseções.

## Inexperiência

O candidato nunca exerceu nenhum cargo na OAB – nem na diretoria nem nos conselhos. Advogado há 15 anos, ele foi professor de graduação e pós-graduação dessas matérias na Ufes, na UVV, na Emescam e em outras faculdades. É sócio do escritório Rizk Filho Advogados Associados, que conta com 6 advogados.

## Apoiadores

Para compensar a falta de experiência institucional, Rizk destaca ter ao seu lado apoiadores com história na OAB-ES. “A chapa é a da renovação com experiência.” Ele cita Luiz Cláudio Allemand (ex-conselheiro do CNJ); Anabela Galvão (vice-presidente na gestão de Agesandro da Costa Pereira); Carlos Magno Gonzaga (presidente da Caixa de Assistência dos Advogados na gestão de Antonio Augusto Genelhu e candidato à presidência da OAB-ES em 2009, com apoio de Agesandro); Flávia Brandão (ex-presidente da Comissão da Mulher Advogada na atual gestão de Homero, mas rompida com ele), entre outros.

## Outras propostas

Rizk também quer levar para o interior mais benefícios como os cursos oferecidos pela Escola Superior de Advocacia e criar a Procuradoria de Prerrogativas, para atender o advogado que sofre alguma violação de direitos.